

18º Congresso Brasileiro de Sociologia
26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

GT 15 Sociologia Econômica –
Pluralismo de enfoques e inovação metodológica

**Poder e Ação Econômica:
reflexões a partir do exercício do poder corporativo na mineração de ferro**

Rodrigo Salles Pereira dos Santos (UFRJ)
Bruno Milanez (UFJF)

Poder e Ação Econômica: reflexões a partir do exercício do poder corporativo na mineração de ferro¹

Resumo

O trabalho discute a noção de poder corporativo a partir da comparação de três contextos mineradores em Minas Gerais, entre 2010 e 2015. A discussão teórica mobiliza criticamente os usos da categoria na geografia econômica (centradas no modelo de Redes Globais de Produção) e na sociologia econômica, destacando problemas teóricos e analíticos. Assim, defende uma perspectiva tridimensional (Lukes, 2005), capaz de integrar as formas externa (aberta e fechada) e interna de seu exercício; e um enquadramento relacional e positivo do poder, do qual emergem efeitos restritivos e extensivos em situações de interação entre agentes econômicos e não econômicos. A comparação dos casos da Anglo American/ Conceição do Mato Dentro (CMD), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)/ Congonhas e Vale/ Itabira utilizou predominantemente a observação direta e entrevistas semiestruturadas, permitindo verificar que: i. em Congonhas, a expansão em um contexto *brownfield* impulsionou formas de contestação que desafiaram institucionalmente (1ª dimensão) a CSN; ii. o impedimento à ascensão como questão pública (2ª dimensão) dos conflitos configurou a ação econômica nas condições *greenfield* de CMD, restringindo o exercício das formas institucional e coletiva de poder; e iii. o fim de ciclo mineral em Itabira permitiu a extensão do poder corporativo a uma dimensão interna, mobilizando subjetivamente (3ª dimensão) a adesão individual e coletiva e produzindo um regime de consenso desfavorável à contestação.

Palavras-chave: ação econômica; poder; poder corporativo; corporação transnacional (CTN); mineração de ferro

1. Introdução

A ação econômica e sua construção social tem constituído um tópico-chave na subárea da sociologia econômica. A discussão proposta no artigo pretende realizar uma contribuição pontual a esse tópico, enquadrando-a em contextos multiagente a partir de uma investigação comparada realizada entre 2012 e 2015. A pesquisa mobilizou predominantemente técnicas de observação direta e entrevistas com roteiro semiestruturado. A contribuição pretendida diz respeito às condições de efetivação de decisões empresariais e aos recursos e formas específicas de influência mobilizados por agentes econômicos, políticos e sociais.

Desse modo, o trabalho propõe uma discussão teórica acerca dos conceitos de poder e poder corporativo, mobilizando o enquadramento das redes globais de produção (RGPs) e um conjunto não exaustivo de contribuições-chave para a temática na teoria social e política contemporâneas. Assim, o artigo esboça um modelo teórico-metodológico tridimensional (Bachrach & Baratz, 1962; Crenson, 1971; Gaventa, 1982; Lukes, 2005) para a investigação do poder como eixo da efetivação da ação econômica.

Empiricamente, o trabalho apresenta os resultados parciais de uma investigação sobre cidades e corporações mineradoras de ferro em Minas Gerais, abarcando contextos de atividade econômica declinante (Itabira), em expansão (Congonhas) e em implantação (Conceição do Mato Dentro). A aplicação do modelo a estudos de caso do setor extrativo mineral tem permitido entrever o uso de práticas corporativas pouco habituais em segmentos

¹ Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa que deu origem ao trabalho.

não intensivos em recursos naturais, que articulam mecanismos de coerção – física e simbólica – a padrões de autoridade e legitimidade na ação econômica.

O texto se encontra estruturado em duas seções principais, além desta Introdução e das Considerações finais. Na segunda seção, as noções de poder e poder corporativo em RGP são avaliadas criticamente à luz das contribuições já clássicas a esses temas no âmbito da sociologia e da ciência política. Nessa seção, propõe-se uma interpretação tridimensional do tema do poder centrada na matriz do conflito. A seção terceira apresenta os estudos de caso de Congonhas, Conceição do Mato Dentro e Itabira, problematizando os resultados parciais da pesquisa a partir da concepção formulada previamente. As Considerações finais recuperam os resultados da discussão, além de apontar algumas lacunas do debate e futuros desdobramentos.

2. Enquadrando teoricamente as noções de poder e poder corporativo em RGPs

Essa seção teórica tem como objetivos a apresentação e discussão crítica dos conceitos de poder e de poder corporativo empregados pela abordagem das Redes Globais de Produção (RGPs), a incorporação da discussão contemporânea sobre tema no âmbito da teoria sociológica e política e, finalmente, a definição de um enquadramento teórico sintético para a investigação do tema do poder em contextos multiagente. A seção parte do pressuposto de que a “categoria conceitual” poder e suas “formas” específicas (Henderson, Dicken, Hess, Coe, & Yeung, 2011, pp. 157-158) permanecem subdesenvolvidas na literatura das RGPs, apesar de esforços pontuais de aprofundamento (Levy, 2008).

Embora o conceito não seja explicitamente formulado, o poder nas RGPs remete à “capacidade [assimétrica] que um ou mais agentes têm de influenciar o comportamento de outros agentes em um sentido previamente estabelecido” (Santos, 2011, p. 134). Nesses termos, seu uso se alinha ao debate contemporâneo das ciências sociais. Assim, o poder pode ser definido como “a capacidade de produzir ou contribuir para resultados que afetem significativamente [...] outros” (Lukes, 1996, p. 580).

Nesses termos, Henderson et al. (2011, p. 157) definem o poder corporativo como a “capacidade de influenciar decisões e alocações de recursos [...] decisiva e consistentemente em seus próprios interesses”. Essa capacidade é atribuída arbitrariamente à firma líder de uma RGP em um contexto exclusivo aos agentes econômicos. Não obstante, as concepções de poder coletivo e institucional introduzem uma perspectiva multiagência. Assim, Henderson et al. (2011, p. 157) atribuem capacidades desiguais de influência a “agentes coletivos” ou sociais (como sindicatos, associações patronais, ONGs, etc.) e a agentes políticos (Estados, organismos multilaterais, etc.) sobre decisões econômicas.

Mais amplamente, o modelo pressupõe que a atividade econômica é desempenhada em contextos interativos caracterizados por agentes diversificados (econômicos, políticos e sociais) dotados de capacidades assimétricas de influência recíproca. Conseqüentemente, RGPs explicitam e vinculam a economia a suas ‘bases não econômicas’, isto é, às dimensões economicamente condicionada e relevante do mundo social (Weber, 2003).

A despeito dessa abertura a uma interpretação sociológica dos sistemas transnacionais de produção, dois argumentos críticos principais podem ser adequadamente formulados quanto à concepção do poder em RGPs.

O primeiro questiona seu componente acionalista. Assim, o poder é concebido como capacidade ou atributo do agente – individual ou coletivo. Mais importante, esse acionalismo

é acentuado em razão da indiferença com sua dinâmica. De fato, as formas do poder são subsumidas às suas fontes coletiva, corporativa e institucional. Consequentemente, recursos específicos de poder e suas formas de mobilização são negligenciados.

A segunda alegação diz respeito ao seu elemento interacionista, que prescindiu de fatores cognitivos e estruturais² relacionados à inscrição em e à mediação do poder por objetos, instituições e outros fenômenos não redutíveis ao contexto. Desse modo, Clegg e Haugaard (2009, p. 3) argumentam que o debate sobre a noção de poder em ciências sociais vem enfatizando “percepções mais sistêmicas, menos específicas quanto ao agente, que veem o poder como constitutivo da [própria] realidade [...]”.

Ademais, as debilidades acionalista e interacionista – recursos e formas do e estruturas de poder, respectivamente – repercutem ainda em uma terceira crítica, relativa à negligência do tema da legitimidade. Dessa forma, a abordagem tanto contorna as formas polares de exercício do poder como autoridade e como coerção, assim como negligencia suas expressões particulares como consenso, hegemonia, dominação e violência.

Dessa forma, acredita-se que uma formulação explícita do conceito no âmbito das RGP e sua aproximação ao debate nas ciências sociais tende a proporcionar maior apuro conceitual com ênfase nas relações multiagente.

Em um balanço crítico do uso do conceito, Clegg e Haugaard (2009) identificaram três matrizes dominantes nas ciências sociais. Na primeira, “a visão consensual de poder, como uma capacidade para ação, como ‘poder para’ [...] [constitui] um pré-requisito para a agência” (Clegg & Haugaard, 2009, pp. 2-3). Dessa forma, o exercício do poder adquire dimensões coletiva e cooperativa, antecipando certa identidade entre poderosos e oprimidos no que respeita à previsibilidade das ações de outros; essa última derivada de sua inscrição em quaisquer sistemas sociais (Haugaard, 2006, p. 1084). Na segunda matriz, sua natureza conflituosa é acentuada à medida que o “poder sobre” diz respeito a uma relação fundamentalmente desigual, na qual um agente é “capaz de levar um outro [agente] a fazer algo que esse não faria” (Haugaard, 2006, p. 1077) por vontade própria. Nesse caso, uma visão informada pelo conflito adquire centralidade. Finalmente, uma “visão de poder como um fenômeno sistêmico que é constitutivo de realidade social” (Clegg & Haugaard, 2009, pp. 2-3), repercutindo sobre a percepção cognitiva do agente, assume prevalência. Ademais, essa concepção redefine o fenômeno como uma propriedade estrutural.

Tomando como base essa representação do campo, esse artigo reforça a filiação prévia à matriz do conflito (Ramalho, Santos, & Lima, 2013), incorporando, entretanto, os aportes cognitivo e estruturalista das duas outras matrizes de modo a apresentar um enquadramento teórico do poder em RGP. Dessa forma, o argumento segue o influente mapeamento conceitual de (Lukes, 2005) do tema do poder na ciência política, mobilizando três concepções específicas.

A chamada concepção unidimensional representa a influência de um agente sobre outro(s) como ‘poder sobre’, enfocando o conflito observável como uma espécie de “teste experimental de imputações de poder” (Lukes, 2005, p. 19) a determinados agentes. Nesse sentido, duas objeções-chave podem ser feitas. Em primeiro lugar, o conflito estaria restrito à tomada de decisão política, sendo essa caracterizada por preferências definidas e livre acesso aos diferentes grupos de interesse. Por sua vez, essa concepção privilegia o exercício do poder, em detrimento de sua posse e dos recursos a ela associados. Desse modo, seu “foco sobre o comportamento [dos agentes] na tomada de decisões acerca de

² A categoria enraizamento (Henderson et al., 2011) foi excluída da discussão apresentada, embora valorize fatores institucionais que matizam o interacionismo do modelo.

questões sobre as quais há um conflito observável de interesses” (Lukes, 2005, p. 19) negligencia o enorme potencial de conflito inerente às fases prévias à tomada de decisão, assim como ignora processos de exclusão de grupos de interesse determinados dessa esfera³.

Assim, a concepção bidimensional do poder opera como uma solução mais sofisticada à problemática do ‘poder sobre’, acrescentando ao seu exercício observável uma dimensão específica relacionada à capacidade dos agentes de antepor obstáculos à emergência de questões como problemas públicos (Lukes, 2005, p. 20). A contribuição seminal de (Bachrach & Baratz, 1962) pode ser sintetizada no argumento de que os recursos e formas do poder compreendem não apenas a influência de um agente sobre outro(s), mas também a obstrução de sua capacidade para a ação, definida como mobilização de viés. Dessa forma, os autores representam a capacidade de “limitar o escopo da efetiva tomada de decisão a questões ‘seguras’” como uma dinâmica de “não-tomada de decisão” (Bachrach & Baratz, 1962, p. 952).

(Lukes, 2005) faz, no entanto, dois aportes críticos. Em primeiro lugar, acredita que ambas as concepções, unidimensional e bidimensional, compartilham um enfoque centrado no “conflito observável” (Lukes, 2005, p. 23). Do modo similar, argumenta que ambas as concepções compartilham ainda uma noção subjetiva de interesse, visto como “conscientemente articulado e observável” (Lukes, 2005, p. 24).

Nesses termos, o autor defende sua própria concepção de poder, definida como tridimensional ou radical. Seguindo os argumentos previamente explicitados, Lukes (2005, p. 26) defende que o poder pode ser acumulado e mobilizado tanto em situações de presença quanto de “ausência de conflito observável efetivo”. Consequentemente, situações de “conflito latente” se fundamentam, para o autor, na possibilidade de um agente conceder legitimidade à ação de outro a despeito de seus interesses objetivos. Dessa forma, a contradição potencial entre interesses subjetivos e objetivos dos agentes e, por conseguinte, “a possibilidade de consenso falso ou manipulado” (Lukes, 2005, p. 28), emergem como elementos-chave da visão tridimensional do poder.

Considerando que as concepções envolvem um enquadramento específico à ação social de tipo político, é necessário ampliar sua aplicação a contextos interativos multiagente. Essa possibilidade é oferecida pelos trabalhos de Crenson (1971) e Gaventa (1982).

Crenson (1971) apresenta os resultados de uma investigação sobre as condições políticas de emergência do problema público da poluição do ar e, dentre outros métodos de pesquisa, mobiliza dois estudos de caso de cidades industriais (Gary e East Chicago, Indiana) nos EUA. Sua investigação aponta para a importância dos chamados “não tomadores de decisão”, agentes cujo poder reside na “capacidade de evitar a consideração de alguns tipos de problemas” (Crenson, 1971, p. 21).

A cidade de Gary emergiu a partir da implantação da US Steel em 1906 (Crenson, 1971, p. 35), sendo definida tipicamente por uma “morfologia de *company town*”, “onde predomina o poder de uma grande empresa sobre a política local” (Lima, 2014, p. 48). Diferentemente, East Chicago surgiu em fins do século XIX “como o produto casual de alguns pequenos assentamentos industriais” (Crenson, 1971, p. 37). A cidade observou a instalação da Inland Steel Company em 1901; naquele momento, a corporação já não podia desfrutar da “oportunidade de construir sua própria cidade industrial desde o início”

³ Uma compreensão ampliada do conflito demandaria sua integração à cronologia integral do processo político (Milanez & Santos, 2016), incluindo o foco específico sobre a definição da agenda política e seu potencial de exclusão antecipada de grupos de interesse de processos de tomada de decisão.

(Crenson, 1971, p. 37). Sendo vizinhas e caracterizadas por padrões sociodemográficos e níveis de poluição similares, nenhuma das cidades ignorava a questão. Entretanto, em East Chicago o debate público e a legislação sobre a poluição do ar remontam a fins dos anos 1940, antecipando sua emergência como questão pública em Gary em mais de vinte anos (Crenson, 1971, p. 36)⁴.

O argumento explicativo desse intervalo remete ao contraste entre a centralização econômica e política de Gary e organização mais difusa de East Chicago. Especificamente, o controle de recursos de poder e sua mobilização efetiva, em particular no que respeita aos agentes econômicos, difere grandemente nas duas cidades.

Assim, o agente econômico matricial de Gary, a US Steel empregou a 'não política' como forma específica de exercício de poder no debate sobre a poluição atmosférica: "a corporação não interferiria no esforço de Gary em iniciar um programa antipoluição" (Crenson, 1971, p. 77), não resistindo a ou influenciando sua elaboração. Nesses termos, a corporação "parece ter tido a capacidade de impor a inação à questão do ar poluído" (Crenson, 1971, p. 78). A trajetória do problema da poluição atmosférica como questão pública em Gary é explicada então, predominantemente, pelas expectativas dos agentes políticos acerca da "reação da empresa às propostas de controle de poluição" (Crenson, 1971, p. 78). Diferentemente, em East Chicago, "o fato essencial [...] é que os ativistas [anti]poluição parecem ter ficado menos apreensivos com o poder industrial do que os tomadores de decisão em Gary" (Crenson, 1971, p. 80).

O estudo demonstra, assim, que a dimensão da inação e da capacidade de obstrução da ação de outros aparece como um elemento-chave do entendimento das formas de exercício do poder.

O trabalho de Gaventa (1982, p. 15) oferece uma contribuição ainda mais importante, articulando formas e, principalmente, recursos para o exercício do poder a 'não eventos'. Para o autor, o não evento "envolve adaptações psicológicas à condição de não ter poder" (Gaventa, 1982, p. 16) experimentada em interações repetidas com agentes poderosos, e especialmente acentuada para grupos desprivilegiados ou vulneráveis.

Gaventa (1982) realizou um estudo de caso de base histórica sobre a relação entre o exercício do poder corporativo da multinacional American Association Ltd. e a aquiescência da não elite em uma região mineradora dos EUA⁵.

O autor definiu a aquisição de cerca de 32 mil hectares de terra pela corporação como o "primeiro passo" (Gaventa, 1982, p. 53) no estabelecimento de seu poder; o controle do recurso 'terra'⁶ teria sido, desde fins do século XIX, decisivo no bloqueio às formas de reprodução social tradicionais vinculadas às atividades rurais.

O *boom* econômico derivado de sua ação econômica matricial se centrou na *company town* mineradora de Middlesboro, Kentucky. A expansão econômica apontava então para "a estruturação de desigualdades" de longo prazo (Gaventa, 1982, p. 56), induzindo a transformação profunda do sistema de estratificação a partir do estabelecimento de uma elite

⁴ A emergência da questão pública da poluição atmosférica remonta a meados dos anos 1950 em Gary, mas somente em 1962 a cidade aprova a primeira medida legal em favor da redução dos níveis de poluição.

⁵ A corporação ingressou em 1887 no Central Appalachian Valley, região caracterizada por população pobre e rural e dotada de ricas reservas de carvão.

⁶ A American Association teria então empregado táticas caracterizadas pela fraude (por exemplo, a aquisição dos direitos de um único herdeiro em terras de herança sem partilha) e pela violência (tais como a queima de casas) em face da resistência encontrada à aquisição das terras (Gaventa, 1982, p. 54).

de “proprietários ausentes” (Gaventa, 1982, p. 57), de estratos médios e, principalmente, de uma classe operária embrionária.

No estrato inferior, a morfologia de *company town* (Lima, 2014) de Middlesboro demandava “um elaborado conjunto de controles para manter [...] [a] aquiescência” dos trabalhadores, tendo assumido “a forma do acampamento [minerador] de carvão⁷, um sistema de poder unitário⁸ e abusivo que afetava todos os aspectos da vida dos mineiros e suas famílias” (Gaventa, 1982, p. 87).

O autor demonstra então como, em condições específicas de pós *boom* (Gaventa, 1982, p. 76), dificuldades econômicas induzem ao enfraquecimento da expressão cognitiva do poder, provocando a “erosão do consenso percebido” (Gaventa, 1982, p. 79) e permitindo a emergência de um desafio à corporação. Em especial, entre 1929 e 1933, esse desafio assumiria formas conflituosas abertas⁹ às condições de trabalho do setor (Gaventa, 1982, p. 75).

Embora a combinação diferencial das formas de exercício do poder corporativo se alterasse de modo substancial, Gaventa (1982, p. 82) defende que “mesmo com o enfraquecimento da elite do poder e a emergência do conflito em uma dimensão, outras dimensões [...] podem servir para repudiar o desafio efetivo até que a força dos antigos detentores de poder seja restabelecida”.

À medida que o conflito emergiu, a manutenção do estado das relações de poder demandou práticas diversas, que objetivavam “tentativas de controlar as percepções sobre a extensão do conflito combinadas com a repressão” (Gaventa, 1982, p. 108). Segundo o autor, esses processos exemplificam as concepções bi e tridimensional do poder, excluindo certas questões como “não-problemas” e controlando as percepções do desafio de modo a influir decisivamente sobre “a escolha da participação ou não participação na luta emergente” (Gaventa, 1982, p. 109). Finalmente, o desafio resultou em “perda de controle e fracasso definitivo da rebelião, com o conseqüente aumento de uma sensação de impotência” e novos recursos sendo adicionados às reservas de poder corporativo, “a ser utilizados para incutir novamente a aquiescência dos trabalhadores” (Gaventa, 1982, p. 116).

Em síntese, o trabalho apresenta um conjunto de contribuições específicas ao entendimento das fontes e formas do poder. Em primeiro lugar, Gaventa (1982, p. 199) demonstrou a natureza unitária e cumulativa do poder. Por sua vez, diferentemente de Lukes (2005), sua concepção enfatiza o caráter mutuamente reforçador de suas dimensões uni, bi e tridimensional, apoiando-se na “transferibilidade de seus componentes” (Gaventa, 1982, p. 252). Finalmente, o autor identifica uma propriedade interativa e “autossustentável” (Gaventa, 1982, p. 258) das relações de poder, capaz de encadear as “dimensões do poder e da impotência” (Gaventa, 1982, p. 259) e induzir situações tipicamente dependentes de trajetória. Conseqüentemente, em situações assimétricas, a eficácia do desafio e a ruptura

⁷ Esse arranjo continua a caracterizar parcela das atividades extrativas (Phelps, Atienza, & Arias, 2015). No entanto, tem perdido sua dimensão totalizante, de modo que o acampamento minerador contemporâneo deve ser discutido em relação a outros sistemas de relações de trabalho intensivas e intervaladas, como a exploração de petróleo em alto mar e a indústria de transporte marítimo (Sampson, no prelo).

⁸ A ideia de um exercício unitário do poder sobre os trabalhadores se expressava na “folha [de pagamento, que] fundia simbolicamente a dependência do mineiro como trabalhador, inquilino, consumidor e cidadão” (Gaventa, 1982, p. 89).

⁹ Ao mesmo tempo, no entanto, esse enfraquecimento demandava maior controle sobre os domínios da tomada e da não tomada de decisões políticas, isto é, do “aparato político [...] através da eleição de autoridades locais compassivas e de não decisões que assegurassem que certas leis não fossem aplicadas” (Gaventa, 1982, p. 80).

das relações de poder dependem do enfrentamento e superação dos “efeitos acumulados da impotência” (Gaventa, 1982, p. 258).

3. Discutindo o poder corporativo em três contextos

O objetivo dessa seção é articular a abordagem das três dimensões do poder e os domínios estático (recursos) e dinâmico (exercício) do poder corporativo em três estudos de caso: i. a CSN em Congonhas; ii. a Anglo American em Conceição do Mato Dentro; e iii. a Vale em Itabira. A discussão enfatiza as características dos municípios e das corporações e estratégias em questão, relacionando-os aos agentes políticos e sociais em escala local e aos recursos e formas de exercício do poder corporativo.

3.1. Congonhas e a CSN¹⁰

O município de Congonhas (MG) se localiza no Quadrilátero Ferrífero (QF), província que concentrou as principais jazidas e investimentos da indústria extrativa mineral (IEM) do país até fins dos anos 1970 – quando da descoberta de Carajás (PA). Congonhas possuía cerca de 48 mil habitantes em 2010 (IBGE, 2016). O município reúne algumas das principais operações extrativas do QF, sediando a sétima maior mina de ferro no Brasil; de Casa de Pedra, foram extraídas 30 milhões de toneladas (Mt.) de ferro em 2015 (Minérios & Minerale, 2016, p. 16). A mina entrou em operação em 1913, tendo sido nacionalizada sob o controle da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN) em 1941.

A CSN é uma das maiores siderúrgicas em operação no Brasil, tendo respondido por 12,7% da produção nacional em 2015 (CSN, 2016, p. 31). Desde sua origem verticalmente integrada (Rady, 1973), a corporação intensificou essa estratégia a partir da privatização em 1993. É hoje uma *holding company* atuante nos segmentos de negócio cimento, energia, logística, mineração e siderurgia, organizada sob a forma de “rede de produção internacional” (Santos, 2015a, p. 148). Não obstante, o período de *boom* das *commodities* (2003-2011) foi decisivo para sua focalização, tendo impulsionado uma convergência das estratégias de investimento e de mercado da corporação para o nodo extrativo de sua rede.

Dois movimentos foram então estratégicos. O primeiro foi a constituição de uma subsidiária dedicada à compra de minério de ferro de produtoras *junior* para exportação (CADE, 2009, pp. 1-2), atualmente a Congonhas Minérios S.A.¹¹ Seus planos de investimento contemplavam a ampliação da capacidade de extração e comercialização para 39 Mtpa. (JB & Ribeiro, 2011). O segundo, e mais importante, remete à tentativa de conversão da mina Casa de Pedra em eixo da rede de produção da CSN, que atingia a capacidade de extração de 55 Mtpa. em 2013. A ‘aposta’ residia no aumento progressivo dessa capacidade: para 70 Mtpa. em 2014, 89 Mtpa. em 2015 e, posteriormente, 100 Mtpa. (Alerigi Jr., 2012).

¹⁰ A discussão da seção se baseia em Ramalho et al. (2013) e Santos (2015a).

¹¹ A criação da Nacional Minérios S.A. (Namisa) em 2007 foi seguida pela aquisição, em 2008, de 40% de seu capital por um consórcio de siderúrgicas asiáticas. Em 2015, a Namisa foi sucedida pela *joint venture* Congonhas Minérios S.A. (CSN, 87,52% e Consórcio, 12,48%), reunindo os ativos minerários e logísticos da região, incluindo Casa de Pedra e 18,63% da MRS Logística S.A. (CSN, 2016, p. 72).

Entretanto, a pretensão da corporação foi desafiada de modo consistente em escala local entre 2007 e 2012¹². Questões relevantes, como a alteração paisagística e a poluição atmosférica passaram a pautar as relações entre mineradoras e os agentes políticos e sociais. Não obstante, o principal tema mobilizado remetia à pressão sobre os recursos hídricos induzida pelo projeto de expansão (Santos, 2015a, p. 151). A disputa material e simbólica assumiu então característica institucionalizada, se centrando na Serra Casa de Pedra, que abriga 29 pontos de captação de água e responde por cerca de 60% do abastecimento público municipal (Bacias de Minas, 2011).

É nesses termos que um conflito observável em âmbito legislativo constituiu uma espécie de “teste experimental” (Lukes, 2005, p. 19) dos recursos e formas de mobilização do poder para os agentes envolvidos, em particular para a CSN. Assim, em face da pretensão anunciada, o flanco da Serra voltado à área urbana tornou-se objeto de tombamento por meio de legislação municipal em 2007 (Câmara Municipal de Congonhas, 2007).

No entanto, a disputa evoluiu imediatamente para a definição de seus limites, atualizando o debate legislativo sob o Projeto de Lei nº 027/2008, de iniciativa popular, que versava sobre a delimitação do polígono de tombamento. A CSN, então, contestou o projeto, alegando sua fragilidade técnica, “e contratou uma empresa de consultoria para fazer o levantamento da área” (Bacias de Minas, 2011).

Em 2010, a Câmara Municipal realizou audiência pública para discutir os limites do tombamento (Ramalho et al., 2013). Além disso, a oposição entre a corporação e grupos de interesse se adensava a partir do ingresso de novos agentes, complexificando o desafio. Assim, a 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Congonhas, órgão do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), “instaurou inquérito civil público e requisitou a realização de vistoria e elaboração de um laudo por peritos da Central de Apoio Técnico do Ministério Público” (Bacias de Minas, 2011).

Não obstante, a despeito da representação política constituir a arena principal do desafio, a dimensão extra-legislativa e o emprego de recursos não institucionais foram decisivos na conformação de sua trajetória. Assim, agentes sociais afetados ou interessados diretamente, tais como a comunidade do Pires e o Grupo Rede Congonhas passaram a desempenhar formas de poder coletivo (Henderson et al., 2011), mobilizando diretamente o tema do potencial desabastecimento hídrico.

Assim, os cerca de quatro mil moradores da comunidade do Pires, circundados pelas cinco mineradoras, mobilizaram um episódio de contaminação do sistema de abastecimento local por água bruta (não tratada) como núcleo de sua ação política. Desse modo, o escoamento de material contendo minério de ferro da Namisa para os mananciais da comunidade em setembro de 2009 converteu uma ameaça potencial tematizada nas discussões legislativas sobre o tombamento da Serra em um evento matricial – realimentado por meio de novo episódio em outubro de 2010. Tais episódios induziram o emprego de táticas de ação direta pela comunidade¹³, conformando um confronto potencial a partir da

¹² Apesar dos esforços combinados de agentes políticos relevantes nos governos municipal, estadual e federal, interessados na elevação da arrecadação municipal, na redistribuição territorial dos *royalties* e na sustentação de uma estratégia de crescimento centrada nas *commodities*; tais interesses convergiam com os da CSN e demais mineradoras em Congonhas em um coalizão pró-mineral.

¹³ A ‘invasão’ da 1ª Promotoria e da Prefeitura Municipal de Congonhas no esteio do primeiro episódio em 2009 parece marcar a emergência da tática. Assim, em 2010, a comunidade ocupou o ramal ferroviário da MRS, paralisando o transporte de minério por três horas. Entre 2011 e 2013, episódios recorrentes de ocupação e

ocupação e limpeza da nascente João Batista, cuja responsabilidade recaía sobre a COPASA Águas Minerais de Minas S.A.

A situação levou à tomada de providências institucionais e à realização de audiências públicas da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 2009, e da 1ª Promotoria de Congonhas, em 2010. A Namisa assinou ainda, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPMG para a mitigação e compensação dos danos infligidos à comunidade em 2011.

O vínculo entre formas de ação direta e apoiadores e recursos institucionais, como os grupos de reflexão católicos e a Associação de Moradores do Bairro Pires, indica que o entrelaçamento das dimensões institucional (intra e extra-legislativa) e não institucional parecem conduzir a uma explicação mais adequada da trajetória do desafio.

Nesse sentido, as demandas da comunidade foram reforçadas pela atuação do Grupo Rede Congonhas, uma rede informal de ativistas estabelecida em 2008 com vistas à discussão de questões como o tombamento da Serra e o impacto das mineradoras em alguns bairros (Santos, 2015a, p. 157). Vinculado a uma união de associações de moradores, o Rede Congonhas mobilizou recursos cognitivos jurídicos e técnicos da mineração como base para ações de instrumentalização dos membros da comunidade, assim como para o exercício de pressão sobre os agentes políticos. Em paralelo, a ação da 1ª Promotoria de Congonhas a partir de 2008 parece ter conformado as condições-chave para a combinação, ainda que pontual e intermitente, das formas institucional e coletiva de exercício do poder.

A característica-chave do desempenho da 1ª Promotoria em suas ações de desafio às corporações mineradoras diz respeito à escala da ação economicamente relevante. Assim, o nível da Coordenadoria Regional do MPMG¹⁴ tornou-se estratégico nas principais ações de contestação às atividades minerárias e a seus agentes em Congonhas. Essa diretriz é ilustrada na emissão do Parecer de Recomendação da Preservação do Morro do Engenho, na Serra Casa de Pedra, encaminhado à Câmara Municipal de Congonhas em 2009 (Bacias de Minas, 2011). O documento defendia a “necessidade da delimitação do perímetro de tombamento do monumento Serra da Casa de Pedra dentro dos limites propostos no Projeto de Lei de iniciativa popular nº 027/2008” (Bacias de Minas, 2011). Através dele, o MPMG enfatizava sua relevância para a preservação do equilíbrio ecossistêmico e para o abastecimento hídrico de Congonhas.

Contrariando o parecer, entretanto, a disputa seria resolvida com a aprovação de 85% da área de tombamento proposta no PL nº 027/2008, incorporando, dessa forma, uma emenda que liberava 15% do perímetro do flanco urbano da Serra para estudos geológicos (Câmara Municipal de Congonhas, 2012) e para a expansão da CSN, justamente a seção dos morros do Engenho e do Pilar na qual se localizam os complexos de Casa de Pedra, Engenho e Fernandinho. Sua aprovação e sanção pelo Poder Executivo municipal em 28 de dezembro de 2012 demonstram que a corporação, embora desafiada consistentemente, pôde mobilizar recursos adicionais exógenos à deliberação pública de tipo pluralista e que, portanto, escapam à concepção unidimensional do poder (Lukes, 2005).

fechamento da rodovia BR-040 parecem tê-la conformado como recurso-chave de seu repertório de ação coletiva.

¹⁴ O intercâmbio entre a 1ª Promotoria e a Coordenadoria Regional tendia a minimizar que pressões em escala local afetassem as ações de desafio às mineradoras.

Não obstante, o emprego desses recursos foi necessário exatamente pelas características mais difusas do acúmulo e do exercício do poder em Congonhas. Apesar de seu ingresso longo, a CSN não é a única mineradora atuando no município¹⁵, embora seja a mais importante no que concerne às reservas e volume extraído. Nesse sentido, a formação e a morfologia socioeconômicas de Congonhas diferem bastante das de *company towns* como Gary (Crenson, 1971), Middlesboro (Gaventa, 1982) e mesmo Volta Redonda (Lima, 2014), cidade de origem da CSN.

Nessas condições, populações desprivilegiadas e grupos de interesse dotados de recursos-chave e hábeis em mobiliza-los, fazem convergir concepções institucionais e não institucionais de agência, com vistas a contrabalançar o poder corporativo. Em um setor caracterizado pelo imperativo da substituição de reservas (Bridge, 2008, p. 403), formas de desafio consistente ao poder corporativo expressas como contestação às pretensões de ampliação de direitos de propriedade não necessariamente precisam atingir seus objetivos (a conservação da Serra e de seus recursos hídricos) para afetar negativamente a corporação. Nesse caso, a conjunção do ciclo de contestação e do fim do período de preços elevados do minério de ferro impôs severas restrições à estratégia corporativa da CSN.

3.2. Conceição do Mato Dentro e a Anglo American¹⁶

Conceição do Mato Dentro (MG) é um município de pequeno porte, possuindo cerca de 18 mil habitantes em 2010, dos quais 31% viviam em área rural (IBGE, 2016). A chegada da MMX Mineração e Metálicos S.A. (MMX) em 2006 marca seu processo de transformação socioeconômica e dá início ao conflito socioambiental. Após a transferência de seus ativos para a Anglo American Participações em Mineração Ltda. (Anglo American) em 2008, essa transformação se acelera, com a expansão exponencial das operações de Sapo-Ferrugem, a décima maior mina de ferro do Brasil, da qual foram extraídas 25,5 Mtpa. em 2015 (Minérios & Minerale, 2016, p. 16).

A Anglo American foi fundada na África do Sul (1917) para atuar na exploração de ouro e diamantes. Sediada no Reino Unido, chegou ao Brasil em 1973 (Anglo American, 2013). Nos anos 2000, respondendo à elevação drástica da demanda, a corporação aprofundou a diversificação de seu portfólio de investimentos, ingressando no segmento de minério de ferro com a aquisição (US\$ 4,5 bilhões) do Projeto Minas-Rio (PMR)¹⁷. Mais complexo do que previsto, esse movimento induziu ao agravamento sistemático dos resultados¹⁸ da corporação a partir de 2011, momento que marca o início do período de pós *boom* (Santos, 2015b).

O exercício de poder por parte das corporações envolvidas, MMX e Anglo American, esteve fortemente associado a aspectos econômicos e ideológicos. Previsões habituais de geração de trabalho e renda converteram-se em um léxico persuasivo para os agentes políticos, especialmente em um contexto rural e em condições *greenfield*, marcadas pela

¹⁵ Além dela e sua subsidiária Congonhas Minérios, a corporação compartilha esse espaço econômico com a FerrousResources do Brasil Ltda., a Ferro Mais Mineração Ltda. e a Vale S.A., maior mineradora de ferro do mundo.

¹⁶ A discussão dessa seção se baseia em Milanez e Santos (no prelo) e Santos e Milanez (2015b).

¹⁷ O PMR compreende a mina (26 Mtpa.), um mineroduto e um porto (100 Mtpa.).

¹⁸ O desempenho do PMR impactou negativamente a subsidiária brasileira (que teve três presidentes em 13 meses) e o grupo como um todo. O projeto, após atraso de cinco anos, precisou de investimentos adicionais de cerca de US\$ 4 bilhões (Agostini, 2009; Antonioli, 2014).

ausência de experiência prévia com agentes do setor. Nesses termos, observou-se um processo de alinhamento cognitivo entre agentes econômicos e políticos em torno do discurso do crescimento econômico (Ribeiro, 2008), legitimando o PMR e fazendo convergir interesses corporativos e prioridades de política pública.

Dessa forma, ações institucionais orientadas à simplificação e redução dos custos associados à desapropriação de áreas necessárias ao PMR passaram a ser implementadas. Enquanto o Projeto era incluído no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Tomaz, 2011), o Governo do Estado de Minas Gerais declarava a utilidade pública das propriedades necessárias para a implantação da cava da mina, usina de beneficiamento e mineroduto, agilizando as desapropriações (Becker & Pereira, 2011; Minas Gerais, 2009).

Essa convergência de interesses foi reforçada¹⁹ pelo uso da tática da “porta-giratória”, isto é, pela mobilidade de profissionais de empresas privadas para cargos públicos, muitas vezes no monitoramento e regulação dos seus setores de origem (Arellano-Yanguas, 2016). Em 2013 especificamente, a Anglo American contratou como Gerente de Licenciamento o funcionário que, até o ano anterior, era Superintendente de Regularização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e um dos responsáveis pelo processo de licenciamento do PMR (CIMOS, 2013).

Não obstante, o processo de licenciamento ambiental do PMR sintetiza, em alguma medida, os recursos e formas de exercício do poder corporativo no município. Assim, é por meio desse conjunto institucionalizado de procedimentos que, sucessivamente, MMX e Anglo American canalizaram e selecionaram demandas específicas passíveis de reconhecimento como problemas públicos, enquanto excluía outras como não problemas (Crenson, 1971).

Assim, a definição da população atingida representou uma fonte importante de conflito. A definição de três “núcleos populacionais” na Área de Influência Direta do Projeto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) contratado pela MMX (Brandt Meio Ambiente, 2007) levou a forte questionamento dos movimentos locais, condicionando a concessão da Licença Prévia (LP) (SISEMA, 2008). Embora o novo estudo tenha identificado 22 comunidades afetadas (Diversus Ambiente e Cultura, 2014), muitas permaneceram excluídas, mantendo a disputa em aberto (GESTA/UFMG, 2014).

A fragmentação do licenciamento assume natureza modelar na implantação do PMR. Apesar de consistir em um sistema interligado, suas infraestruturas foram licenciadas independentemente: mina e porto pelos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente, e mineroduto pelo Governo Federal. Esse último foi aprovado antes da comprovação da adequação ambiental da mina, estabelecendo um ‘fato consumado’ que ampliou a pressão sobre a avaliação dos projetos da cava e do porto. Essa tática facilitou consideravelmente o licenciamento, uma vez que ocultou os impactos cumulativos e enfraqueceu a potencial articulação dos movimentos sociais críticos²⁰ ao PMR (Barcelos, 2013).

¹⁹ Ademais, práticas ilegais, como a corrupção de funcionários governamentais, têm sido registradas nas relações de empresas do setor, incluindo a MMX, com agentes políticos envolvidos no processo de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais (G1, 2014).

²⁰ ONGs e os movimentos sociais com assento na URC Jequitinhonha, responsável pelo licenciamento ambiental do PMR, também estabeleceram convênios para programas de recuperação ambiental com a MMX e a Anglo American, tendo defendido posições favoráveis ao empreendimento em sua atuação institucional (Atingido A, 2014; Bacelar, 2014).

A tática de fracionamento foi mobilizada em relação às etapas do processo. Concedida a LP mediante uma série de condicionantes em 2008 (Pereira, Becker, & Wildhagen, 2013), a corporação não foi capaz de cumpri-las integralmente. Desse modo, os agentes políticos e econômico negociaram a subdivisão da Licença de Instalação (LI), concedida em 2010, em duas fases. Nesse caso, foi produzida uma ‘inovação extra-institucional’, à medida que o procedimento não é previsto em legislação (Barcelos, 2013).

A tática permitiu à corporação transitar entre as fronteiras da alegabilidade e da ilegalidade, postergando o enfrentamento das questões críticas relacionadas à implantação do PMR. Desse modo, a Anglo American conseguiu mantê-las sob a condição de não problemas públicos que demandam soluções imediatas, exercendo seu poder corporativo sobre os demais agentes como mobilização de viés, no sentido atribuído por (Bachrach & Baratz, 1962). Essa diretriz se expressou também na Licença de Operação (LO), concedida em 2014 em detrimento do cumprimento integral das condicionantes²¹.

Na segunda concepção do poder (bidimensional), a capacidade de excluir temas como não problemas assume centralidade. Dessa forma, táticas divisivas dos grupos de interesse potencialmente críticos ao PMR tornaram-se um elemento-chave de sua implantação desde o início das operações da MMX. Assim, enquanto um movimento de contestação social se estruturava nas áreas rurais²² do município a partir de experiências concretas com a corporação e suas subcontratadas no acesso a e na aquisição de terras (Atingido A, 2014), a corporação mobilizava um discurso de geração, direta e indireta, de empregos diretos e renda em sua área urbana.

A polarização de interesses já existente foi então ampliada através de uma estratégia social orientada à invisibilização dos impactos gerados nas áreas rurais e à potencialização dos efeitos positivos urbanos. O uso da tática se apoiou na deficiência dos meios de comunicação disponíveis e na construção de uma interpretação ‘monopólica’ (Gaventa, 1982, pp. 105-106) dos impactos do PMR.

Nesse sentido, a publicação da revista *Diálogo* pela Anglo American cumpriu um papel decisivo na conformação da opinião pública e na construção da imagem da corporação no município. Apresentada como “um canal de conversa com os moradores” (Pós, 2009), seu conteúdo se caracterizava pela seletividade da informação: seja ignorando os processos de assoreamento, contaminação e restrição do uso da água na comunidade da Água Quente (Diversus Ambiente e Cultura, 2011, p. 50); seja construindo representações da interação com essa comunidade como exclusivamente positiva e das medidas compulsórias de mitigação dos impactos como ações voluntárias de Responsabilidade Social Corporativa (Tôrres, 2014).

Paralelamente às táticas de mobilização de viés e gestão antecipatória da emergência de temas potencialmente ‘perigosos’, o exercício do poder corporativo da Anglo American incorporou ainda práticas de violência física e simbólica. Assim, foram empregadas táticas de “encurralamento” dos residentes rurais resistentes aos acordos de aquisição de terras (Atingido A, 2014). Tais práticas se combinaram a formas de intimidação e ameaça e ao uso

²¹ A audiência pública da LO foi realizada sob coerção das comunidades afetadas, com o uso de força policial como instrumento de intimidação (GESTA/UFMG, 2014).

²² Essa estruturação foi ainda impactada pelo uso estratégico por parte das corporações das relações informais de propriedade e posse da terra (Milanez & Santos, no prelo), de forma a estimular conflitos familiares e solapar a ação coletiva entre produtores rurais. Além disso, a Anglo American utilizou táticas institucionais *a posteriori* na resolução dos conflitos fundiários, dentre as quais ações judiciais acerca de servidões associadas à lavra ou à construção do mineroduto (Paiva & Ávila, 2016).

de violência perpetradas diretamente por funcionários da Anglo American, assim como indiretamente, por indivíduos e empresas a ela relacionados (ALMG, 2013; Atingido B, 2014).

3.3. Itabira e a Vale²³

Itabira (MG) é uma cidade de médio porte, com cerca de 110 mil habitantes em 2010 (IBGE, 2016). Suas ricas reservas de minério de ferro se tornaram conhecidas mundialmente já em 1910, quando os direitos de lavra foram adquiridos pela firma britânica Brazilian Hematite Syndicate (BHS), mais tarde Itabira Iron Ore Company (IIOC). Em compasso de espera, apenas na 2ª Guerra Mundial emergiria uma estrutura de oportunidades adequada ao aproveitamento das jazidas, com a assinatura dos Acordos de Washington em 1942 por Brasil, EUA e Reino Unido. Os acordos previam financiamento e apoio técnico à implementação da CSN e da infraestrutura de exploração e logística, transferência dos ativos da IIOC ao governo brasileiro e fornecimento do minério aos Aliados (Silva, 2004; Triner, 2011).

Os acordos deram origem à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1942 e a um padrão operacional tipicamente exportador²⁴ (Silva, 2004; Triner, 2011; Vale, 2012) na extração de ferro no Brasil. A CVRD foi privatizada em 1997 e mudou sua denominação comercial para Vale S.A. em 2001. Em 2015, a Vale era a oitava maior mineradora do mundo em relação à capitalização de mercado (PwC, 2016) e a maior produtora de minério de ferro²⁵ (Vale, 2016). Sediada no Brasil, a corporação constitui uma RGP (Henderson et al., 2011; Santos & Milanez, 2015a), com operações extrativas em nove países e quatro continentes (Vale, 2016). Não obstante, seus trabalhadores se concentravam no Brasil (78%) e em Minas Gerais (42%) (Vale, 2015).

Assim, no que diz respeito à força de trabalho, o Sindicato Metabase de Itabira e Região é o representante de quase 5.500 trabalhadores ativos e aposentados na região (Diário de Itabira, 2015b, p. 3). A história desse sindicato tem sido caracterizada pelo caráter episódico do desafio aberto à Vale, sendo sua constituição atribuída à estratégia de relações de trabalho da então CVRD, voltada à necessidade de controle dos trabalhadores na localidade, que emergiu após a primeira greve em 1945 (Minayo, 2004).

Desde então, ações de desafio ao poder corporativo no município parecem emergir apenas em situações de crise aguda. Portanto, uma segunda mobilização aconteceu na transição para os anos 1990, motivada por perdas salariais em um contexto inflacionário (Diário de Itabira, 2015b, p. 3) e pelas expectativas de redução da força de trabalho relacionadas ao processo de privatização (Carvalho, 2014, p. 104). A terceira greve ocorreria em 2008: a retração na demanda derivada da crise econômica mundial motivou a proposta de suspensão de todos os contratos por seis meses e provocou a demissão de 1,5 mil trabalhadores em Itabira (Santos & Milanez, 2015a, p. 2102). Uma nova onda de contestação ocorreu em 2015, já sob o período de pós *boom* das *commodities* (Santos, 2015b), quando

²³ A seção se apoia em Santos e Milanez (2015a).

²⁴ Como resultado, o Brasil tornou-se um *player* importante no mercado global de minério de ferro, se consolidando como segundo maior exportador (International Trade Center, 2017; Triner, 2011). A implantação do Projeto Ferro Carajás (PFC), no Pará, nos anos 1980, foi decisiva para esse resultado (Coelho, 2015; Santos, 2016).

²⁵ Em 2015, sua receita líquida foi de US\$ 26 bilhões, concentrada em minério de ferro e pelotas (62%), níquel (13%), fertilizantes (9%) e cobre (7%) (Vale, 2015).

a Vale planejava demitir um número significativo de seus trabalhadores na cidade (Diário de Itabira, 2015a, 2015b).

A descrição desses episódios evoca um questionamento acerca da natureza da aquiescência dos trabalhadores de Itabira, nos termos propostos por (Gaventa, 1982). Assim, a opinião de um trabalhador da corporação ligado à Oposição Sindical tende a reforçar uma interpretação da ação coletiva em termos de relativa impotência diante do poder corporativo: “Por Itabira ser uma cidade monoindustrial, né?! É só a Vale que predomina. [...] Hoje, outras mineradoras tão crescendo, né?! Naquele período, não. Era só a Vale mesmo e se saísse da Vale era... lavar carro, né?!” (Trabalhador 1, 2015).

Como o entrevistado deixa entrever, a dependência dos empregos e “a ameaça de perde-los” (Gaventa, 1982, p. 87), assim como da ‘desclassificação social’ daí potencialmente derivada, constitui um elemento crítico da aceitação individual das condições de vida e trabalho conformadas pela mineradora. No entanto, a morfologia da *company town* (Lima, 2014) condiciona as relações entre a corporação e os agentes políticos e sociais também em sua dimensão coletiva. Assim, um padrão de “dependência social e econômica” (Gaventa, 1982, p. 161) complementar pode ser identificado no mercado de trabalho local²⁶. Entre 2010 e 2015, a IEM foi responsável por 28-37% dos empregos formais disponíveis em Itabira²⁷ (MTE, 2017). Dessa forma, o setor e a corporação influem decisivamente sobre a dinâmica econômica local e exercem impactos indiretos sobre setores com o de habitação e comércio varejista (G1, 2015). Se a dinâmica da ação coletiva de tipo sindical e do desafio ao poder corporativo é episódica, ela responde, em certa medida, à configuração social e econômica dependente que constitui uma das características da cidade-empresa.

Desse modo, como aponta Gaventa (1982), a presença de um agente econômico que exerceu ação criadora e/ou transformadora – no caso de Itabira – sobre uma dada estrutura socioeconômica, induz “resposta[s] adaptativa[s]” (Gaventa, 1982, p. 16) dos agentes individuais e coletivos às condições de destituição relativa de poder e às situações repetidas de fracasso em erigir desafios consistentes ao poder corporativo. A capacidade de definir o acesso ao trabalho e, conseqüentemente, à “inscrição na estrutura social” (Castel, 1998, p. 34) na cidade mineradora aumentam consideravelmente o poder corporativo da Vale: “[...] as pessoas [...] foram criadas com um nível [...] de dominação tão grande... Elas dizem: ‘Mexer com a Vale não... meu filho um dia pode trabalhar lá’ [...] Por isso a cidade não grita” (Trabalhador 1, 2015).

Essa possibilidade se acentua no contexto de um *brownfield* minerador cujas reservas vêm se esgotando; a mina principal, Cauê, inaugurada em 1942, já foi exaurida, as minas do Meio e cava de Conceição têm previsão de exaustão para 2022 e 2025, respectivamente (Santos & Milanez, 2015a, p. 2099). Nesses termos, a corporação tem sido hábil em mobilizar receio e esperanças individuais e coletivas em escala local. O principal recurso mobilizado pela corporação articula a tecnologia para processamento de itabiritos de baixo teor desenvolvida – que prorrogaria a ‘vida útil’ das operações extrativas no município (Santos & Milanez, 2015a, p. 2100), a uma representação discursiva da relação entre cidade

²⁶ Um padrão correspondente é observável no que respeita à formação das receitas públicas. As receitas estadual e municipal são fortemente dependentes do desempenho econômico da IEM, particularmente devido ao pagamento de royalties. Em 2016, a Vale e suas subsidiárias foram responsáveis por 66% do € 222,7 milhões arrecadados pelo estado (DNPM, 2016). Em Itabira, em 2014, os royalties recebidos, € 19,4 milhões, equivaleram a 11% da receita municipal total.

²⁷ Esses dados se referem exclusivamente aos trabalhadores diretos de empresas da IEM, em detrimento dos indiretos, classificados no setor de serviços.

e empresa como simbiose e da mineração como atividade econômica 'sustentável' temporalmente.

Desse modo, agentes coletivos – políticos e sociais, potencialmente desafiadores, como Sindicato Metabase de Itabira e Região, têm aderido aos recursos discursivos mobilizados pelo agente econômico matricial para descrever sua estratégia de investimento corrente: “Construiu essa usina la pra beneficiar [o itabirito de baixo teor] e vai fazer 'blendagem' com outros minérios mais ricos. Então, isso aí é uma '*segunda safra*' do minério, que eles falam [...] É uma reserva muito grande mesmo” (Ferreira, 2015).

Em um plano mais geral, a ausência do desafio ao poder corporativo repousa na concentração de recursos de poder e na possibilidade de exercício unitário do poder corporativo (Gaventa, 1982, p. 252) pela Vale. Nesse sentido, focalizar a temática do ambiente permite uma interpretação interativa do exercício do poder por parte da corporação. Sendo a IEM frequentemente responsável por conflitos e impactos socioambientais e a Vale partícipe de alguns dos mais importantes deles no Brasil²⁸, é necessário enfocar suas operações em Itabira dessa perspectiva.

A emergência da questão ambiental como problema público em Itabira se assemelha à trajetória do tema na descrição de Crenson (1971) para a cidade de Gary. A ausência de qualquer legislação ambiental em vigor nos anos 1940 e a definição de procedimentos para estudos de impacto ambiental (EIA) pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) apenas em 1986 fizeram do ambiente um “não problema” em Itabira por cerca de quarenta anos.

Não obstante, em meados dos anos 1980, a temática do ambiente começou a ser mobilizada de modo mais incisivo, e rapidamente passou a reivindicar um vínculo crítico com as operações da Vale. Assim, após a realização do 'Encontro de Cidades Mineradoras' em 1984, foi estabelecido o Conselho Municipal de Proteção Ambiental (CODEMA). Em 1986, foi instituída uma primeira ação civil pública contra a corporação, e uma segunda apareceria em 1992, dando origem a um acordo de adequação ambiental com o MP (Souza & Souza e Silva, 2002 pp. 6-7).

Confirmando a reduzida propensão à contestação por parte dos agentes políticos e sociais de Itabira, as pressões emergentes tinham origem extra-local, sendo lideradas pela FEAM e voltadas à adequação dos agentes econômicos do setor em todo o QF (Santos & Milanez, 2015a, p. 2101). Como na questão do trabalho, o processo de privatização constituiu a estrutura de oportunidades que permitiu a evolução do desafio ao poder corporativo da Vale. Assim, o Governo do Estado de Minas Gerais exigiu que a Vale apresentasse seu EIA em 1994, oito anos após o estabelecimento da norma legal. A corporação só obteria sua Licença Ambiental Corretiva (LOC) em 2000, que foi condicionada a 54 iniciativas de controle operacional, reabilitação de áreas e compensação ambiental (Vale, 2012, p. 268).

O processo de adequação ambiental²⁹ da Vale teria provocado uma mudança efetiva em suas operações, como sugere a maior parte das entrevistas realizadas com agentes políticos e sociais em Itabira em 2015. No entanto, a despeito do 'consenso' aparente, alguns poucos entrevistados se posicionaram de modo diverso quanto ao cumprimento das

²⁸ O desastre sociotécnico provocado pela Samarco Mineração S.A., uma *joint venture* entre a Vale e o grupo australiano BHP Billiton localizada em Mariana (MG), na bacia hidrográfica do rio Doce é considerado o mais destrutivo evento da história ambiental do país (Mansur et al., 2016).

²⁹ A Vale S.A. foi a primeira corporação transnacional mineradora a obter a certificação ISO 14001 (Enríquez & Drummond, 2007).

condicionantes da LOC por parte da Vale. De fato, ainda havia disputas pouco aparentes acerca da questão, de modo que servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do município afirmavam que “essas condicionantes não foram cumpridas... grande parte delas” (Funcionários SEMA, 2015).

Uma avaliação geral das posições em torno da questão do cumprimento das condicionantes da LOC aponta a existência de obstáculos consideráveis à formulação de críticas dirigidas diretamente à corporação. Como mencionado por um dos entrevistados de Souza (2003, p. 73), “a Vale não só polui o meio ambiente, mas também polui as mentes das pessoas de Itabira, como todos querem trabalhar para ela, atendê-la ou vender algo para ela Vale”. Dessa forma, no âmbito da discussão ambiental, os recursos disponíveis e as formas de exercício do poder por parte da corporação tendem a combinar a adesão ideológica (ou o não desafio) à capacidade de sustentar uma representação do problema da adequação ambiental como ‘solucionada’, em detrimento dos escassos discursos discordantes.

4. Considerações finais

A discussão proposta a partir dos três estudos de caso levanta um conjunto de argumentos que possui potencial tanto para enriquecer a discussão sobre o poder nas ciências sociais, quanto para ‘sociologizar’ o debate sobre sistemas transnacionais de produção e sua expressão na literatura das RGP.

Em Congonhas, as pretensões de expansão da atividade econômica em um contexto *brownfield* impulsionaram uma forma de desafio à CSN que combinou recursos institucionais e não institucionais e mobilizou agentes diversos de forma articulada nos planos legislativo e extra-legislativo. O próprio exercício do poder corporativo pela CSN demonstrou a incompletude da visão unidimensional, mobilizando recursos exógenos à competição política diante da constância do desafio.

Diferentemente, o caso de Conceição do Mato Dentro demonstrou a centralidade da dimensão institucional, com foco no licenciamento ambiental, no processo de seleção e adiamento de problemas e da exclusão de questões como ‘não problemas’, corroborando a relevância de uma interpretação em termos da segunda dimensão do poder. Em um contexto *greenfield*, a Anglo American mobilizou recursos extra-institucionais e construiu uma interpretação controlada e ‘monopólica’ dos impactos do PMR, restringindo o exercício das formas institucional e coletiva de poder.

Finalmente, a combinação entre a condição de *company town* e o fim de ciclo mineral em Itabira permitiram à Vale exercer uma modalidade unitária de poder corporativo, tanto condicionando a (não) emergência de problemas públicos (segunda dimensão do poder) – em particular, o ambiental –, quanto estendendo sua influência a uma dimensão interna, capaz de mobilizar subjetivamente a adesão de agentes individuais e coletivos (terceira dimensão) no município. Nesses termos, a Vale foi bem-sucedida em sustentar um regime de consenso desfavorável à contestação, predominantemente episódica e/ou derivada de fontes extra-locais.

De modo geral, os três casos tematizam a relevância de um entendimento do poder que articula fontes (recursos) e formas (exercício), sem subsumi-los, e sem recair em interpretações centradas em atributos e/ou agentes – poderosos e sem poder. Desse modo, em situações fundamentalmente assimétricas e povoadas por agentes diversificados, o

emprego da matriz do conflito ou do 'poder sobre' (Clegg & Haugaard, 2009) permitiu uma compreensão relacional dos contextos socioeconômicos em questão. Ademais, os casos ilustraram certas deficiências de abordagens interacionistas, que caracterizam em parte o modelo das RGP, demandando complementos importantes de aportes cognitivo e estruturalista.

Nesses termos, a discussão proposta permitiu combinar os domínios da legitimidade e da ilegitimidade das fontes e formas de poder, integrando as modalidades de contestação consistente e impedida e do consenso manipulado (Lukes, 2005) em uma compreensão da natureza persistente e cumulativa das relações e posições de poder.

No campo das ciências sociais, a investigação de contextos empíricos do tipo apresentado coloca em questão a necessidade de formulações teóricas mais complexas e essencialmente multiagente, como as apresentadas por Crenson (1971) e Gaventa (1982). Espera-se ter contribuído para uma análise desse gênero. No que respeita à abordagem das RGP e à discussão dos sistemas transnacionais de produção, acredita-se que a formulação tridimensional do poder e sua aplicação às fontes e formas do poder corporativo possa fundamentar uma discussão sociológica das relações entre agentes econômicos e não econômicos – hoje, tipicamente enquadrada como 'coordenação' e limitada à eficiência da rede e da ação econômica.

Especificamente, a discussão apresentada ainda demanda a incorporação de aportes específicos sobre o tema do poder corporativo na sociologia econômica, assim como não foi capaz, nesse momento, de tratar das formas institucional e coletiva do poder de maneira comparável. Dessa forma, a perspectiva da inclusão desses tópicos e da ampliação da discussão para os processos relacionados ao valor e ao enraizamento permanecem como temas-chave para investigação futura.

5. Referências

- Agostini, R. (2009, 12 Nov). No papel parecia fácil. *Revista Exame*. Retrieved from <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/956/noticias/papel-parecia-facil-511296>
- Alerigi Jr., A. (2012). MG volta a discutir mina da CSN na próxima semana. *Reuters Brasil*. Retrieved from Reuters Brasil website: <http://br.reuters.com/article/idBRSPE81007C20120201>
- ALMG. (2013). *Transcrição da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos*. Belo Horizonte. Anglo American. (2013). *Annual report 2012*. Retrieved from London:
- Antonioli, S. (2014, 27 Out). Anglo American embarca 1º carregamento de minério de ferro do projeto Minas-Rio. *Reuters*. Retrieved from <http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0IG0ZS20141027>
- Arellano-Yanguas, J. (2016). Mining policies in Humalá's Peru. In P. A. Haslam & P. Heidrich (Eds.), *The political economy of natural resources e development: from neoliberalism to resource nationalism* (pp. 173-190). New York: Routledge.
- Atingido A. (2014, 25 jul. 2014) *Entrevista com Atingido pelo Projeto Minas-Rio/Interviewer: B. Milanez & R. S. P. d. Santos*. Belo Horizonte.
- Atingido B. (2014, 10 set. 2015) *Entrevista com Atingido pelo Projeto Minas-Rio/Interviewer: B. Milanez*. Conceição do Mato Dentro.
- Bacelar, R. P. (2014). *"Nem só de mineração vive o Matodentro": a experiência de jovens em território de conflito socioambiental*. (Ph.D.), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Bachrach, P., & Baratz, M. S. (1962). Two faces of power. *American political science review*, 56(4), 947-952.
- Bacias de Minas. (2011, 2011/05/09). MPE recomenda proteção da Serra Casa de Pedra, em Congonhas. Retrieved from <http://blogs.mp.mg.gov.br/baciasdeminas/2011/05/09/mperecomenda-protacao-da-serra-casa-de-pedra-em-congonhas/>

- Barcelos, E. (2013). *O projeto Minas Rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Pesquisa Socio Econômica.
- Becker, L. C., & Pereira, D. C. (2011). O projeto Minas-Rio e o desafio do desenvolvimento territorial integrado e sustentado: a grande mina em Conceição do Mato Dentro. In F. R. C. Fernandes, M. A. R. S. Enríquez, & R. C. J. Alamino (Eds.), *Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial. Vol 1 Grandes Minas* (pp. 229-258). Rio de Janeiro: CETEM/MCTI.
- Brandt Meio Ambiente. (2007). *Estudo de impacto ambiental: lavra a céu aberto para produção de 56 milhões de toneladas por ano, tratamento de minério de ferro e infra-estrutura de produção*. Retrieved from Nova Lima:
- Bridge, G. (2008). Global production networks e the extractive sector: governing resource-based development. *Journal of Economic Geography*, 8(3), 389-419.
- CADE. (2009). *Ato de Concentração no 08012.011002/2008-62*. Retrieved from <http://www.cade.gov.br/temp/t242201219274426.pdf>.
- Lei n. 2.694, de 2 de maio de 2007. Dispõe sobre o tombamento do conjunto paisagístico da serra "Casa de Pedra" e dá outras providências, 2694 C.F.R. (2007).
- Lei n. 3.224, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o espaço territorial tombado, denominado Conjunto de Serras Casa de Pedra, 3224 C.F.R. (2012).
- Carvalho, L. N. d. (2014). Análise da ação dos sindicatos dos trabalhadores da mineradora Vale SA na região Sudeste brasileira. *Textos e Debates*, 1(23), 91-114.
- Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário* (Vol. 6): Vozes Petrópolis.
- CIMOS. (2013). *Ata da 8a. Reunião Pública da Reasa, 18 de fevereiro de 2013*. Retrieved from Belo Horizonte:
- Clegg, S. R., & Haugaard, M. (2009). Introduction: why power is the central concept of the social sciences. In S. R. Clegg & M. Haugaard (Eds.), *The Sage Handbook of Power* (pp. 1-24). London: Sage.
- Coelho, T. P. (2015). *Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado* (Vol. 1). Marabá: Editorial iGuana.
- Crenson, M. A. (1971). *The Un-politics of Air Pollution: a study of non-decision-making in the cities*. Baltimore: Johns Hopkins Press.
- CSN. (2016). *Form 20-F*. Retrieved from New York:
- Diário de Itabira. (2015a). Metabase faz protesto na porta da Câmara. *Diário de Itabira*.
- Diário de Itabira. (2015b). Sete Décadas de Conquistas Históricas. *Diário de Itabira*, pp. 1-8.
- Diversus Ambiente e Cultura. (2011). *Diagnóstico socioeconômico da área diretamente afetada e da área de influência direta do empreendimento Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.* Retrieved from Belo Horizonte:
- Diversus Ambiente e Cultura. (2014). *Estudo de definição sobre comunidades/famílias a serem reassentadas*. Retrieved from Belo Horizonte:
- DNPM. (2016). Maiores arrecadadores CFEM: Departamento Nacional de Produção Mineral.
- Enríquez, M. A. R. d. S., & Drummond, J. (2007). Social-environmental certification: sustainable development e competitiveness in the mineral industry of the Brazilian Amazon. *Natural Resources Forum*, 31(1), 71-86.
- Ferreira, C. R. d. A. (2015, 18 mar. 2015) *Entrevista com Diretor do Sindicato Metabase de Itabira e Região/Interviewer: B. Milanez & R. S. P. d. Santos*. Itabira.
- Funcionários SEMA. (2015, 2 mar. 2015) *Entrevista com funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente/Interviewer: B. Milanez & R. S. P. d. Santos*. Itabira.
- G1. (2014, 05 Jun). MP denuncia secretário estadual de Meio Ambiente da gestão Anastasia. *G1 Minas Gerais*. Retrieved from <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/06/mp-denuncia-secretario-estadual-de-meio-ambiente-da-gestao-anastasia.html>
- G1. (2015). Crise no setor de mineração afeta economia de Itabira, em MG. Retrieved from <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/05/crise-no-setor-de-mineracao-afeta-economia-de-itabira-em-mg.html>
- Gaventa, J. (1982). *Power e powerlessness: quiescence e rebellion in an Appalachian valley*. Urbana: University of Illinois Press.

- GESTA/UFMG. (2014, 30 Set). GESTA/UFMG. A uma semana das eleições, Anglo manda e governo de Minas obedece. *Grupo em Estudos e Temáticas Ambientais, Universidade Federal de Minas Gerais*. Retrieved from <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/a-uma-semana-das-eleicoes-anglo-manda-e-governo-de-minas-obedece/>
- Haugaard, M. (2006). Power e hegemony in social theory. In M. Haugaard & H. H. Lentner (Eds.), *Hegemony e power: Consensus e coercion in contemporary politics* (pp. 45-64). Lanham: Lexington Books.
- Henderson, J., Dicken, P., Hess, M., Coe, N. M., & Yeung, H. W.-C. (2011). Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, 9(15), 143-140.
- IBGE. (2016). Cidades@. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Retrieved from www.cidades.ibge.gov.br
- International Trade Center. (2017). Trade map: trade statistics for international business development. Retrieved from <http://www.trademap.org>
- JB, & Ribeiro, I. (2011). Cade da Sinal Verde para Saída da Nippon da Namisa. *Valor Econômico*. Retrieved from <http://www.valor.com.br/empresas/1007386/cade-da-sinal-verde-para-saida-da-nippon-da-namisa>
- Levy, D. L. (2008). Political contestation in Global Production Networks. *Academy of Management Review*, 33(4), 943-963.
- Lima, R. J. d. C. (2014). CSN e Volta Redonda: uma relação histórica de dependência e controle. *Política & Sociedade*, 12(25), 41-64.
- Lukes, S. (1996). Poder. In W. Outhwaite & T. Bottomore (Eds.), *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (pp. 580-582). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lukes, S. (2005). *Power: a radical view* (2nd. ed.). Basingstoke.
- Mansur, M. S., Wanderley, L. J., Milanez, B., Santos, R. S. P. d., Giffoni Pinto, R., Gonçalves, R. J. d. A. F., & Coelho, T. P. (2016). Antes Fosse Mais Leve a Carga: introdução aos argumentos e recomendações referentes ao desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. In M. Zonta & C. Trocate (Eds.), *Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton* (pp. 17-49). Marabá: Editorial iGuana.
- Milanez, B., & Santos, R. S. P. (no prelo). L'exploitation minière, la stratégie d'entreprise et la flexibilisation de la réglementation environnementale au Brésil: le cas du Projet Minas-Rio. *Brésil(s)*.
- Milanez, B., & Santos, R. S. P. d. (2016). A Iniciativa Yasuní-ITT: uma análise a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos. *Revista de Sociologia e Política*, 24(59), 39-65.
- Minas Gerais. (2009, 14 Jul). Decreto de 13 de julho de 2009. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, p. 1.
- Minayo, M. C. d. S. (2004). *De Ferro e Flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Minérios & Minerale. (2016). Ranking por Substância - Produção Anual em Toneladas (ROM) 2015. *Minérios & Minerale*, XL, 14-18.
- MTE. (2017). Relação Anual de Informações Sociais. Retrieved 9 mar. 2017, from Secretaria de Políticas Públicas de Emprego <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>
- Paiva, L. M., & Ávila, N. S. M. C. (2016). *Relatório sobre os dados processuais referentes à Anglo American e sociedades empresárias conexas extraídos do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)*. Retrieved from Juiz de Fora:
- Pereira, D. C., Becker, L. C., & Wildhagen, R. O. (2013). Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. *Revista Ética e Filosofia Política*, 16(1), 124-150.
- Phelps, N. A., Atienza, M., & Arias, M. (2015). Encore for the enclave: the changing nature of the industry enclave with illustrations from the mining industry in Chile. *Economic Geography*, 91(2), 119-146.
- Pós, W. (2009, Mar). Editorial: boas vindas. *Diálogo: mina e beneficiamento*, 1, 2.
- PwC. (2016). *Mine 2016: slower, lower, weaker... but not defeated*. Retrieved from Toronto: <http://www.pwc.com/id/en/publications/assets/eumpublications/mining/Mine%202016.pdf>
- Rady, D. E. (1973). *Volta Redonda: a Steel Mill Comes to a Brazilian Coffee Plantation: Industrial Entrepreneurship in a Developing Economy*. Albuquerque: Rio Grande Publishing Company.

- Ramalho, J. R., Santos, R. S. P., & Lima, R. J. d. C. (2013). Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia&Antropologia*, 3(5), 175-200.
- Ribeiro, G. L. (2008). Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos-CEBRAP*(80), 109-125.
- Sampson, H. (no prelo). *Trabalhadores marítimos internacionais e transnacionalismo no século XXI*.
- Santos, R. S. P. d. (2011). Redes de produção globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em ciências sociais. *Revista Pós Ciências Sociais*, 8(15), 127-141.
- Santos, R. S. P. d. (2015a). Da Estratégia Corporativa à Ação Economicamente Relevante: a CSN e a contestação social na mineração de ferro. *Revista Pós Ciências Sociais*, 12(24), 143-166.
- Santos, R. S. P. d. (2015b). Mineração e a conjuntura do pós-boom das commodities. *Audiência Pública da Comissão Especial - PL 37/11*. Brasília.
- Santos, R. S. P. d. (2016). Desenvolvimento Econômico e Mudança Social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. *Caderno CRH*, 29(77), 295-312.
- Santos, R. S. P. d., & Milanez, B. (2015a). *Redes Globais de Produção (RGPS) e Conflito Socioambiental: a Vale S.A. e o Complexo Minerário de Itabira*. Paper presented at the VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Goiânia.
- Santos, R. S. P. d., & Milanez, B. (2015b). *A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio*. Paper presented at the 39º Encontro da ANPOCS, Caxambu.
- Silva, M. Z. (2004). *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimento brasileiro*. Vitória: EDUFES.
- SISEMA. (2008). *Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A - Parecer único SISEMA no. 001/2008*. Retrieved from Diamantina:
- Souza, M. R. G. d. (2003). *Urbanização e produção social de conflitos em Itabira: dominação e exploração na e pela (des)construção do espaço urbano - o caso da Vila Paciência*. (M.Sc.), Universidade Federal de Minas Gerais.
- Souza, M. R. G. d., & Souza e Silva, M. G. S. (2002). *Itabira - vulnerabilidade ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana*. Paper presented at the XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Ouro Preto.
- Tomaz, R. (2011, 08 Jan). Projeto Minas-Rio foi incluído no programa REIDI. *Diário do Comércio*. Retrieved from <http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?id=48024>
- Tôrres, M. A. (2014). *Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro*. (B.Sc.), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Trabalhador 1. (2015, 16 mar. 2015) *Entrevista com integrante da Oposição Sindical/Interviewer: B. Milanez & R. S. P. d. Santos*. Itabira.
- Triner, G. D. (2011). *Mining e the state in Brazilian development*. London: Pickering & Chatto.
- Vale. (2012). *Vale: nossa história*. Rio de Janeiro: Verso Brasil.
- Vale. (2015). Sustainability Report 2015. Retrieved from <http://www.vale.com>
- Vale. (2016). Vale. Retrieved from <http://www.vale.com>
- Weber, M. (2003). *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Editora Moraes.